

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	11
DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	12
Demonstração do Valor Adicionado	13
Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	18
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	41
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	42

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	43
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	45
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	46
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	47

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2012</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	402.202
Preferenciais	384.204
<b>Total</b>	<b>786.406</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária	12/04/2012	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe A	0,03669
Assembléia Geral Ordinária	12/04/2012	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe B	0,03669
Assembléia Geral Ordinária	12/04/2012	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe C	0,03669
Assembléia Geral Ordinária	12/04/2012	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe R	0,01223
Assembléia Geral Ordinária	12/04/2012	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,02599
Assembléia Geral Ordinária	12/04/2012	Dividendo		Ordinária		0,05911
Assembléia Geral Ordinária	12/04/2012	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe A	0,04841
Assembléia Geral Ordinária	12/04/2012	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe C	0,04841

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
1	Ativo Total	1.451.403	1.402.059
1.01	Ativo Circulante	122.406	48.766
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	74.625	3.314
1.01.03	Contas a Receber	23.418	17.452
1.01.03.01	Clientes	639	582
1.01.03.01.01	Concessionárias	639	582
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	22.779	16.870
1.01.03.02.01	Rendas a receber	22.779	16.870
1.01.04	Estoques	3.674	4.696
1.01.06	Tributos a Recuperar	20.425	22.468
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	20.425	22.468
1.01.07	Despesas Antecipadas	64	664
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	200	172
1.01.08.03	Outros	200	172
1.02	Ativo Não Circulante	1.328.997	1.353.293
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.706	9.333
1.02.01.03	Contas a Receber	1.262	1.193
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.262	1.193
1.02.01.06	Tributos Diferidos	9.444	8.140
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.444	8.140
1.02.03	Imobilizado	1.291.980	1.317.098
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.263.803	1.291.157
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	28.177	25.941
1.02.04	Intangível	26.311	26.862
1.02.04.01	Intangíveis	26.311	26.862
1.02.04.01.02	Direito de Concessão - Utilização do Bem Público - UBP	13.119	13.605
1.02.04.01.03	Intangível em Serviço	578	700
1.02.04.01.04	Intangível em Curso	12.614	12.557

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2	Passivo Total	1.451.403	1.402.059
2.01	Passivo Circulante	184.045	188.488
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.067	1.365
2.01.01.01	Obrigações Sociais	322	102
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.745	1.263
2.01.02	Fornecedores	1.504	3.220
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.504	3.220
2.01.03	Obrigações Fiscais	48.592	39.560
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	48.580	39.442
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	46.070	34.833
2.01.03.01.02	Outros	2.510	4.609
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2	57
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	10	61
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	23.174	60.989
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	23.174	60.989
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	23.174	60.989
2.01.05	Outras Obrigações	100.287	74.823
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	58.079	54.752
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	52.197	49.233
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	5.882	5.519
2.01.05.02	Outros	42.208	20.071
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	38.063	16.011
2.01.05.02.04	Uso do Bem Público	3.804	3.634
2.01.05.02.05	Encargos regulamentares e setoriais	100	158
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	241	268
2.01.06	Provisões	8.421	8.531
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9	12
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	9	12
2.01.06.02	Outras Provisões	8.412	8.519
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	8.412	8.519
2.02	Passivo Não Circulante	131.340	128.102
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	77.511	75.113
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	77.511	75.113
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	77.511	75.113
2.02.02	Outras Obrigações	39.308	37.988
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	308	133
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	16	38
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	292	95
2.02.02.02	Outros	39.000	37.855
2.02.02.02.04	Encargos regulamentares e setoriais	81	41
2.02.02.02.05	Uso do bem público	38.919	37.814
2.02.04	Provisões	14.521	15.001
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.217	6.337
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.862	2.746
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	386	243
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.969	3.348

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2.02.04.02	Outras Provisões	6.304	8.664
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	6.304	8.664
2.03	Patrimônio Líquido	1.136.018	1.085.469
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473
2.03.04	Reservas de Lucros	244.655	266.708
2.03.04.01	Reserva Legal	21.987	21.987
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	128.099	90.085
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	60.067
2.03.04.10	Reserva de Investimento	94.569	94.569
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	72.600	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-169	-171

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	63.629	190.841	50.126	150.156
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-12.179	-34.701	-12.976	-35.040
3.02.01	Custo com energia elétrica	-379	-1.066	-371	-1.042
3.02.02	Custo de operação	-11.800	-33.635	-12.605	-33.998
3.03	Resultado Bruto	51.450	156.140	37.150	115.116
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.276	-11.912	-381	-8.298
3.04.01	Despesas com Vendas	-6	-22	-51	-83
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.793	-11.532	-206	-7.933
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-3.647	-11.094	-284	-7.841
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-146	-438	78	-92
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	881	0	158	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-358	-358	-282	-282
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	48.174	144.228	36.769	106.818
3.06	Resultado Financeiro	-12.261	-26.868	-5.547	-24.127
3.06.01	Receitas Financeiras	804	1.140	727	1.103
3.06.02	Despesas Financeiras	-13.065	-28.008	-6.274	-25.230
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	35.913	117.360	31.222	82.691
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-15.039	-44.760	-10.609	-26.209
3.08.01	Corrente	-16.231	-46.064	-10.127	-28.795
3.08.02	Diferido	1.192	1.304	-482	2.586
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	20.874	72.600	20.613	56.482
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	20.874	72.600	20.613	56.482
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,01358	0,04722	0,01341	0,03673
3.99.01.02	PNR	0,00863	0,03000	0,00852	0,02334
3.99.01.03	PNA	0,00055	0,00191	0,00054	0,00149
3.99.01.04	PNB	0,00017	0,00061	0,00017	0,00047

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</b>
3.99.01.05	PNC	0,00362	0,01258	0,00357	0,00979
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,01358	0,04722	0,01341	0,03673
3.99.02.02	PNR	0,00863	0,03000	0,00852	0,02334
3.99.02.03	PNA	0,00055	0,00191	0,00054	0,00149
3.99.02.04	PNB	0,00017	0,00061	0,00017	0,00047
3.99.02.05	PNC	0,00362	0,01258	0,00357	0,00979



**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	20.784	72.600	20.613	56.482
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	2	0	0
4.02.01	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	0	3	0	0
4.02.02	Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	0	-1	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	20.784	72.602	20.613	56.482

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	130.451	112.210
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	174.257	149.121
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	117.360	82.691
6.01.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	17	9
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	26.734	26.410
6.01.01.06	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	1.419	14.136
6.01.01.07	Despesas pagas antecipadamente	630	607
6.01.01.08	Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	16.181	10.461
6.01.01.09	Uso do bem público - atualização monetária e AVP	3.830	6.957
6.01.01.10	Provisão para plano de benefícios pós-emprego	59	0
6.01.01.11	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	1.094	529
6.01.01.12	Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	903	665
6.01.01.13	Ajuste a valor presente	2.398	2.205
6.01.01.16	Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	24	31
6.01.01.19	Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos	3.608	4.420
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-43.806	-36.911
6.01.02.01	Concessionárias	-74	-22
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	-1.702	-2.276
6.01.02.03	Rendas a receber	-5.909	-5.881
6.01.02.04	Cauções e depósitos vinculados	-69	-371
6.01.02.05	Despesas pagas antecipadamente	-30	11
6.01.02.06	Outros ativos operacionais	-29	-23
6.01.02.07	Fornecedores	-1.716	290
6.01.02.08	Outros tributos e contribuições sociais	-113	3.628
6.01.02.09	Benefícios pós-emprego	81	267
6.01.02.10	Obrigações estimadas com pessoal	702	-341
6.01.02.11	Encargos regulamentares e setoriais	-42	-23
6.01.02.12	Estoques	1.022	-3.761
6.01.02.13	Provisões	-2.727	-3.482
6.01.02.15	Outros passivos operacionais	-27	-105
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-33.173	-24.822
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.484	-13.446
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangível	-4.039	-13.446
6.02.02	Recebimento de caixa por indenização de seguros	1.555	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-56.656	-57.247
6.03.01	Partes relacionadas	-105	105
6.03.02	Amortização Principal de Emprést, financ, Debêntures e encargos de dívidas, líquida de derivativos	-51.813	-48.747
6.03.06	Encargos de dívidas líquido de derivativos	-2.183	-6.133
6.03.07	Uso do bem público	-2.555	-2.472
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	71.311	41.517
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.314	3.912

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</b>
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	74.625	45.429

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	266.708	0	-171	1.085.469
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	266.708	0	-171	1.085.469
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-22.053	0	0	-60.067
5.04.09	Dividendo adicional aprovado	0	0	-22.053	0	0	-60.067
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	72.600	2	72.602
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	72.600	0	72.600
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2	2
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	3	3
5.05.02.08	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	-1	-1
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	38.014
5.06.04	Reserva de retenção de lucros	0	0	0	0	0	38.014
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	244.655	72.600	-169	1.136.018

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	202.426	0	0	1.021.358
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	202.426	0	0	1.021.358
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	56.482	0	56.482
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	56.482	0	56.482
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	202.426	56.482	0	1.077.840

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</b>
7.01	Receitas	210.336	165.498
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	210.346	165.507
7.01.02	Outras Receitas	7	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-17	-9
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.362	-8.320
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-33	-80
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.792	-9.664
7.02.04	Outros	-2.537	1.424
7.02.04.01	Encargos de uso de sistema de transmissão	-1.033	-962
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-1.504	2.386
7.03	Valor Adicionado Bruto	199.974	157.178
7.04	Retenções	-26.734	-26.410
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-26.734	-26.410
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	173.240	130.768
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.140	1.103
7.06.02	Receitas Financeiras	1.140	1.103
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	174.380	131.871
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	174.380	131.871
7.08.01	Pessoal	7.390	6.879
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.873	5.341
7.08.01.02	Benefícios	1.142	1.141
7.08.01.03	F.G.T.S.	375	397
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	66.028	42.922
7.08.02.01	Federais	65.822	42.787
7.08.02.02	Estaduais	97	29
7.08.02.03	Municipais	109	106
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	28.362	25.588
7.08.03.01	Juros	28.008	25.230
7.08.03.02	Aluguéis	354	358
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	72.600	56.482
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	72.600	56.482

## Comentário do Desempenho

### Comentário de Desempenho da Investco S.A. Período de janeiro a setembro de 2012

#### COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2012 (\*)

*(\*)Todas as informações apresentadas nesse comentário de desempenho estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.*

#### **A COMPANHIA**

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“UHE Lajeado”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh.

A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luiz Eduardo Magalhães, nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luiz Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia.

A energia elétrica gerada pela UHE Luiz Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luiz Eduardo Magalhães, na condição de “Produtor Independente”, na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

## Comentário do Desempenho

### Comentário de Desempenho da Investco S.A. Período de janeiro a setembro de 2012

#### PRINCIPAIS INDICADORES

Descrição	unidade	Saldos		Var. %
		set/12	dez/11	
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.451.403	1.402.059	3,5%
Patrimônio líquido	R\$ mil	1.136.018	1.085.469	4,7%
Dívida líquida	R\$ mil	26.060	132.788	-80,4%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	0,02	0,12	-81,2%
Dívida líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	0,12	0,76	-83,9%

Resultados	unidade	Janeiro a Setembro		Var. %
		2012	2011	
Receita Líquida	R\$ mil	190.841	150.156	27,1%
Gastos gerenciáveis	R\$ mil	(45.345)	(42.111)	7,7%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	(1.268)	(1.227)	3,3%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	144.228	106.818	35,0%
EBITDA	R\$ mil	170.962	133.228	28,3%
Resultado financeiro	R\$ mil	(26.868)	(24.127)	11,4%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	117.360	82.691	41,9%
Lucro líquido	R\$ mil	72.600	56.482	28,5%
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	89,58%	88,73%	1,0%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	38,04%	37,62%	1,1%

#### DESEMPENHO OPERACIONAL

A Investco S.A. que opera e mantém a UHE Lajeado gerou 36,9GWh, 1,7% superior comparado a 36,3GWh registrado no mesmo período do ano anterior.

#### DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO



## Comentário do Desempenho

### Comentário de Desempenho da Investco S.A. Período de janeiro a setembro de 2012

Demonstração do resultado do exercício	set/12	set/11	var. %
Receita operacional bruta	210.346	165.507	27,1%
(-) Deduções à receita operacional	(19.505)	(15.351)	27,1%
<b>(=) Receita operacional líquida</b>	<b>190.841</b>	<b>150.156</b>	27,1%
<b>Gastos não gerenciáveis</b>	<b>(1.268)</b>	<b>(1.227)</b>	3,3%
Energia elétrica comprada para revenda	(33)	(80)	-58,8%
Encargos de uso da rede elétrica	(1.033)	(962)	7,4%
Outros gastos não gerenciáveis	(202)	(185)	9,2%
<b>Margem bruta</b>	<b>189.573</b>	<b>148.929</b>	27,3%
<b>Gastos gerenciáveis</b>	<b>(18.611)</b>	<b>(15.701)</b>	18,5%
Pessoal	(8.767)	(7.938)	10,4%
Materiais e serviços de terceiros	(7.792)	(9.663)	-19,4%
Arrendamentos e aluguéis	(354)	(359)	-1,4%
Provisões e contingências	(181)	(89)	103,4%
Outros gastos gerenciáveis	(1.517)	2.348	-164,6%
<b>EBITDA</b>	<b>170.962</b>	<b>133.228</b>	28,3%
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>(26.734)</b>	<b>(26.410)</b>	1,2%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(26.868)</b>	<b>(24.127)</b>	11,4%
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(44.760)</b>	<b>(26.209)</b>	70,8%
<b>Lucro líquido</b>	<b>72.600</b>	<b>56.482</b>	28,5%

A **Receita Operacional Líquida**, composta, de receita de arrendamento e venda de energia, atingiu R\$ 191 milhões em 30 de setembro de 2012 acréscimo de 27,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. O acréscimo R\$ 40,7 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento.

Os **Gastos Não Gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram R\$ 1,3milhão acumulado do ano de 2012, superior em 3,3% quando comparado a R\$ 1,2 milhão no mesmo período do ano anterior.

Os **Gastos Gerenciáveis**, compreendidos pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros, outras despesas, provisões para contingências e devedores duvidosos aumentaram em R\$ 2,9 MM ou 18,5% no período comparativo entre os nove primeiros meses do ano de 2012 frente aos nove primeiros meses do ano de 2011. As principais variações aconteceram nos itens: Pessoal

## Comentário do Desempenho

### Comentário de Desempenho da Investco S.A. Período de janeiro a setembro de 2012

(Assistência Médica), Materiais (Conservação e Reparação no Sistema elétrico) e Serviços de Terceiros (Conservação e Reparo do Sistema Elétrico, Consultoria, Serviços Jurídicos, Publicidade e Propaganda).

Em 30 de setembro de 2012, o **Ebitda** alcançou R\$ 171 milhões, 28,3% superior ao mesmo período do ano anterior, principalmente da mudança do coeficiente de ajuste registrado na Receita Operacional.

O **Resultado Financeiro** encerrado em 30 de setembro de 2012 totalizou uma despesa de R\$ 26,8 milhões que representa um aumento em R\$ 2,7 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Os responsáveis por este aumento na despesa financeira os seguintes fatores:

- (i) Despesa de R\$ 14,6MM em virtude da regularização dos dividendos adicionais das ações preferenciais classes "A" e "C" (CPC 39) registrados na rubrica encargos de dívidas;
- (ii) Receita de R\$ 5,5 MM em função da amortização das dívidas entre os períodos (menores encargos);
- (iii) Receita de R\$ 4,7 MM provenientes das receitas de ajuste a valor presente, mútuos, correção monetária e rendimento sobre aplicações financeiras.

Nos nove meses de 2012, a Companhia apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 72,6 milhões, 28,5% superior ao registrado nos nove meses de 2011.

### ENDIVIDAMENTO

Endividamento	set/12	dez/11	var.%
Dívida bruta	(100.685)	(136.102)	-26,02%
( - ) Disponibilidades	74.625	3.314	2151,81%
<b>( = ) Dívida líquida</b>	<b>(26.060)</b>	<b>(132.788)</b>	<b>-80,37%</b>

A dívida bruta totalizou R\$ 100,6 milhões em 30 de setembro de 2012, composta por 95,7 milhões das ações preferenciais e R\$ 4,9 milhões para o BNDES e outros bancos.

A dívida líquida, considerando o valor de R\$ 74,6 milhões de caixa e disponibilidades, alcançou R\$ 26,6 milhões em 30 de setembro de 2012, decréscimo de 80,4% em relação a dezembro de 2011. Esta redução deve-se às amortizações dos empréstimos do BNDES e maior saldo de disponibilidades.

A relação dívida líquida/EBITDA encerrou o período em 0,12 vezes frente a 0,79 vezes em 30 de setembro de 2011).

## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Período findo em 30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, com sede em Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (Contrato de Concessão).

#### 1.1 Concessão

A Companhia detém o direito de exploração dos ativos da referida usina pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e assegurada de 701,4 MW.

Da potência e energia asseguradas, a Companhia deverá destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. Caso a Companhia não consiga entregar essa quantidade de energia, deverá ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A. titular de 19,80%, Lajeado Energia S.A. titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A. titular de 6,93% e a Investco titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investco, são as concessionárias da UHE Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção da participação delas no Contrato de Concessão.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias da UHE Lajeado (Nota 5), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação no Contrato de Concessão, a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado.

#### Uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste Contrato, a Companhia recolherá à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$1.351, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

#### Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

#### 1.2 Medida Provisória nº 579

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória nº 579, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária e outras providências. A Companhia ainda não concluiu sua análise, porém a Administração, em uma avaliação inicial entende que não sofrerá impactos significativos.

## 2 Base de preparação e práticas contábeis

### 2.1 Base de preparação

#### 2.1.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das informações contábeis intermediárias em 29 de Outubro de 2012.

#### 2.1.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

#### 2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Período findo em 30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, publicadas em 8 de março de 2012.

#### a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

#### b) Concessionárias (Nota 4)

Refere-se à venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

#### c) Rendas a receber (Nota 5)

Incluem os valores de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias da UHE Lajeado, contabilizados de acordo com o regime de competência.

#### d) Estoques (Nota 9)

Os materiais utilizados na operação e manutenção da prestação dos serviços são registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado.

#### e) Imobilizado (Nota 11)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 367/2009) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

#### f) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

#### g) Ativo intangível (Nota 12)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*, desenvolvimento de projetos e o direito de concessão - uso do bem público. Os seguintes critérios são aplicados:

- *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).
- Direito de concessão - uso do bem público: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, e amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo esta reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

#### h) Licenças Ambientais (Notas 11 e 18)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade do setor elétrico - MCSE da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e é registrado um ativo intangível – licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

#### i) Redução ao valor recuperável

##### Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Período findo em 30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

### j) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

### k) Fornecedores (Nota 13)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

### l) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 14)

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

### m) Provisões (Nota 18)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

### n) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

### o) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6, 7 e 25)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram calculados, a partir de diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos correntes e diferidos, os mesmos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

### p) Benefícios pós-emprego (Nota 19)

A Companhia possui planos de benefícios a empregados dos tipos Contribuição definida e Benefício definido. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota de Benefício Pós-emprego.

Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009. Os custos e o passivo atuarial dos planos do tipo Benefício definido são determinados anualmente com base em avaliação realizada por atuários independentes segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 30 de setembro de 2012.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no período em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

### q) Uso do Bem Público (Nota 16)

É um instrumento financeiro reconhecido inicialmente ao valor presente calculado pela taxa implícita do projeto, e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço.

### r) Capital social (Nota 20)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

### s) Dividendos (Nota 21)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Período findo em 30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### t) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e de suprimento de energia é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento do contrato de arrendamento dos ativos e o de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge*, quando aplicável, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias, empréstimos e financiamentos, ajustes a valor presente, que estão reconhecidos no resultado.

### u) Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao plano de Benefícios pós-emprego, que é revista semestralmente.

As principais estimativas relacionadas às informações contábeis intermediárias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Recuperação dos ativos (*impairment*); Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas; e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais e plano de Benefícios pós-emprego.

### v) Instrumentos financeiros (Nota 27)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

#### • Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

#### • Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

### w) Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

### x) Demonstrações do Valor Adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

### y) Lucro por ação (Nota 26)

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM n° 636, de 6 de agosto de 2010. Não existe diferença entre o lucro básico por ação e o lucro diluído.

## 2.3 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o período findo em 30 de setembro de 2012, portanto não foram aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia ainda não concluiu quanto aos efeitos da adoção dessas normas, porém a Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas informações contábeis intermediárias da Companhia no período de aplicação inicial, nem pretende fazer uma adoção antecipada dessas normas ou interpretações.

## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Período findo em 30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### Normas e Interpretações aplicáveis a Companhia ainda não vigentes

#### IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As alterações a esta norma visam melhorar a forma de apresentação dos componentes dos outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2012.

#### IAS 19 - Benefícios a empregados

As alterações a esta norma irão melhorar as condições de reconhecimento e divulgação dos planos de benefícios definidos, uma vez que ganhos e perdas atuariais passarão a ser imediatamente reconhecidos em Outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

#### IAS 32 - Compensação de ativos e passivos financeiros

Em dezembro de 2011, o IASB publicou emendas ao IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação para esclarecer a aplicação dos requisitos de compensação. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, com aplicação antecipada permitida.

#### IFRS 9 - Instrumentos financeiros – classificação e mensuração

Esta norma encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, consubstanciado na forma como uma entidade administra seus instrumentos financeiros e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

#### IFRS 13 - Mensuração ao valor justo

Esta norma agrega em um único *standard* a estrutura para mensuração do valor justo, assim como as divulgações necessárias. Aplica-se quando outras IFRS exigem ou permitem a mensuração ao valor justo. Esta norma não introduz quaisquer novas exigências para mensurar um ativo ou um passivo pelo justo valor, e passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

### 2.4 Reclassificações nos períodos anteriores

#### 2.4.1 Demonstração do Fluxo de Caixa

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações:

Adições ao imobilizado no valor de R\$3.761 anteriormente classificadas na atividade de investimento reclassificadas para atividades operacionais.

Reclassificação de uso do bem público no valor de R\$2.472 de atividade operacional para atividade de financiamento.

Reclassificação dos encargos regulamentares e setoriais, no valor de R\$46 inicialmente alocado nas atividades operacionais para passivos operacionais.

Reclassificação da atualização monetária no valor de R\$15 das contingências de passivos operacionais para atividade operacional.

### 3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Bancos conta movimento	6.820	3.314
Aplicações financeiras - renda fixa	67.805	
Total	<u>74.625</u>	<u>3.314</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários e Debêntures, remunerados a taxas que variam entre 98,0% e 101,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Período findo em 30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 4 Concessionárias

	Saldos vincendos	PCLD	Saldo líquido em 30/09/2012	Saldo líquido em 31/12/2011
Circulante				
Concessionárias				
Suprimento de energia elétrica	473		473	460
Energia de curto prazo	106		106	63
Encargos de uso da rede elétrica	60		60	59
	<u>639</u>	<u>-</u>	<u>639</u>	<u>582</u>
Total Circulante	<u>639</u>	<u>-</u>	<u>639</u>	<u>582</u>
Não circulante				
Concessionárias				
Energia de curto prazo	31	(31)		
	<u>31</u>	<u>(31)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total Não Circulante	<u>31</u>	<u>(31)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

O saldo do circulante em 30 de setembro de 2012 é composto por valores a vencer, para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

### 5 Rendas a receber

O saldo de R\$22.779 em 30 de setembro de 2012 (R\$16.870 em 31 de dezembro de 2011), refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias da UHE Lajeado, sendo Lajeado Energia, Paulista Lajeado Energia e CEB Lajeado, frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1 e 8).

O contrato de arrendamento foi aditado no ano de 2009, objetivando assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. A remuneração implícita neste contrato é de 8,83% a.a, sobre 99% do ativo imobilizado líquido, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 99% do valor da depreciação do mesmo período.

Quando da revisão do referido contrato de arrendamento foi publicado fato relevante, em 23 de junho de 2009, para informar ao mercado que a eficácia da revisão encontrava-se condicionada à aprovação da ANEEL. No entanto, a ANEEL, por meio do Ofício nº 6/2010, da Superintendência de Fiscalização Financeira – SFF, datado de 29 de janeiro de 2010, manifestou que a referida operação não exigia prévia anuência daquela agência nas circunstâncias apresentadas.

### 6 Impostos e contribuições sociais

#### Ativo - Compensáveis

	Saldo em 31/12/2011	Adição	Atualização monetária	Adianta- mentos / Pagamen- tos	Compen- sação de tributos	Reclassifica- ção	Transfe- rência	30/09/2012
Imposto de renda e contribuição social	22.074	6	16	20.379	(307)	(70)	(21.755)	20.343
PIS e COFINS	101	1.613				70	(1.784)	2
IRRF sobre aplicações financeiras	285			74			(285)	74
Outros	8							8
Total	<u>22.468</u>	<u>1.619</u>	<u>16</u>	<u>20.453</u>	<u>(307)</u>		<u>(23.824)</u>	<u>20.425</u>
Circulante	<u>22.468</u>							<u>20.425</u>
Total	<u>22.468</u>							<u>20.425</u>

#### Passivo - a recolher

	Saldo em 31/12/2011	Adição	Adianta- mentos / Pagamen- tos	Compen- sação de tributos	Transfe- rência	Saldo em 30/09/2012
Imposto de renda e contribuição social	34.834	46.070	(12.794)		(22.040)	46.070
ICMS sobre diferencial de alíquota	57	99	(154)			2
PIS e COFINS	1.706	19.632	(17.081)	(307)	(1.784)	2.166
ISS	61	156	(218)		11	10
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	30	279	(306)			3
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	18	72	(77)			13
IRRF sobre juros s/ capital próprio	2.600		(2.600)			
Outros	255	2.213	(2.129)		(11)	328
Total	<u>39.561</u>	<u>68.521</u>	<u>(35.359)</u>	<u>(307)</u>	<u>(23.824)</u>	<u>48.592</u>
Circulante	<u>39.561</u>					<u>48.592</u>
Total	<u>39.561</u>					<u>48.592</u>

#### IRRF - juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos no exercício de 2011 aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, com retenção de R\$2.600, conforme legislação (Nota 20.2) liquidado em janeiro de 2012.



## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre os valores que constituem diferenças temporárias, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

#### 7.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Base de cálculo	30/09/2012			31/12/2011	2012	2011
		IRPJ	CSLL	Total	Total	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
<b>Diferenças Temporárias</b>							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	31	8	3	11	5	6	5
Benefício pós-emprego	396	99	36	135	89	46	91
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	4.227	1.057	380	1.437	846	591	666
<b>Total diferenças temporárias</b>		<b>1.164</b>	<b>419</b>	<b>1.583</b>	<b>940</b>	<b>643</b>	<b>762</b>
<b>Diferenças Temporárias - RTT</b>							
Licenças Ambientais - CPC 25	(3.301)	(825)	(298)	(1.123)	(367)	(756)	177
Uso do Bem Público - CPC 25	29.604	7.401	2.665	10.066	9.465	601	7.917
Instrumentos financeiros - CPC 38	(3.181)	(795)	(287)	(1.082)	(1.898)	816	(6.270)
<b>Total diferenças temporárias - RTT</b>		<b>5.781</b>	<b>2.080</b>	<b>7.861</b>	<b>7.200</b>	<b>661</b>	<b>1.824</b>
<b>Total Ativos Diferidos</b>		<b>6.945</b>	<b>2.499</b>	<b>9.444</b>	<b>8.140</b>		
<b>Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos</b>						<b>1.304</b>	<b>2.586</b>

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos foi registrada em contrapartida a crédito do resultado do período em R\$1.304.

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2011, estudo técnico da projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos fiscais diferidos nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2012. Com base no estudo a Companhia estima recuperar os créditos fiscais diferidos nos seguintes exercícios:

2012	2013	2014	2015	2016	2017 a 2019	2020 a 2021	Total
1.939	356	356	356	356	1.068	5.013	9.444

Os valores contidos em 2021 referem-se a diferenças temporárias que irão se realizar até o término da concessão.

## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Período findo em 30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 8 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para suas controladoras, apresentados na nota 21, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contra-partes	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh em 30/09/2012	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) nos períodos findos em 30 de Setembro	
					30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011	2012	2011
<b>Concessionárias</b>										
Venda de energia elétrica	Bandeirante	1/8/2002	01/08/2002 a 15/12/2032	126,84	114	148			1.063	1.080
	Bandeirante	1/8/2005	01/08/2005 a 15/12/2032	118,04	14	4			132	30
					<u>128</u>	<u>152</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.195</u>	<u>1.110</u>
<b>Rendas a receber</b>										
	Lajeado Energia	15/1/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		16.629	12.045			135.814	106.544
Arrendamento UHE Lajeado	CEB Lajeado	15/1/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		4.556	3.574			37.209	29.190
	Paulista Lajeado	15/1/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		1.594	1.251			13.023	10.217
					<u>22.779</u>	<u>16.870</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>186.046</u>	<u>145.951</u>
<b>Partes relacionadas</b>										
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.359/11	EDP Energias do Brasil	1/1/2011	01/01/2011 a 07/12/2011				87			(687)
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	1/1/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				12	8	(99)	(62)
Prestação de serviços de consultoria ambiental	Energest	1/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014				16	38	(156)	(115)
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012				5.882	5.518	(364)	(479)
	Lajeado Energia	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012				52.477	49.233	(3.245)	(3.925)
					<u>-</u>	<u>-</u>	<u>58.387</u>	<u>54.884</u>	<u>(3.864)</u>	<u>(5.268)</u>
					<u>22.907</u>	<u>17.022</u>	<u>58.387</u>	<u>54.884</u>	<u>183.377</u>	<u>141.793</u>

"A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP – Energias do Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como, na controladora são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos:

a) Contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.359/2011, com vigência até 7 de dezembro de 2011, que trata da distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da Holding que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do timesheet.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuída pela ANEEL conforme Despacho 174, de 18 de Janeiro de 2012.

Em 22 de maio de 2012, a Resolução Normativa ANEEL nº 489, alterou a Resolução Normativa 334/2008, permitindo, mediante análise da ANEEL, a prorrogação da anuência já concedida a contratos de compartilhamento de recursos humanos decorrentes da segregação de atividades estabelecida pela Lei nº 10.848, de 2004, até a entrada em vigor da nova Resolução Normativa que disciplinará a contratação entre partes relacionadas no setor elétrico.

Em 28 de junho de 2012, através do Despacho nº 2.149, a ANEEL anuiu às minutas dos 2º e 3º Termos Aditivos ao Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a serem firmados entre a Companhia e sua controladora, para compartilhamento de gestores corporativos, como pleiteado no documento nº 48513.039848/2011-00, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do art. 27 da Resolução Normativa nº 334/2008, alterada pela Resolução Normativa nº 489/2012.

Em 11 de setembro de 2012, a ANEEL através do Ofício Circular nº 883/2012, manifestou-se no sentido de que as concessionárias, permissionárias e autorizadas interessadas na prorrogação do prazo de anuência concedida pela ANEEL, deveriam protocolar manifestação de interesse impreterivelmente até o dia 11 de outubro de 2012, motivo pelo qual no dia 10 de outubro de 2012, a Companhia solicitou reajuste do Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, para que o contrato tenha vigência apenas a partir da data do despacho nº 2.149. A implementação do compartilhamento está pendente da anuência da ANEEL a este novo pedido.

b) Contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1598/2011, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, que trata da distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais, e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Período findo em 30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro. "

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 28.2)

### 8.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP Energias do Brasil S.A.

### 8.2 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

As contrapartes da Companhia estão sob controle comum, exceto pela EDP Energias do Brasil S.A. que é sua Controladora final e as companhias que compõem o Consórcio Lajeado: Lajeado Energia S.A, sua controladora direta, CEB Lajeado S.A e Paulista Lajeado Energia S.A, acionistas não controladores.

### 8.3 Remuneração dos administradores

#### 8.3.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal

(I) - Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2012

Remuneração Fixa de 100% para o Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal.

#### 8.3.2 Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal pagos pela Companhia no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2012 (em R\$).

	Conselho de Adminis- tração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	1 (*)	2 (**)	5 (***)	8
Remuneração fixa	57.002	211.172	81.000	349.174
Salário ou pró-labore	47.502	175.977	67.500	290.979
Encargos sociais	9.500	35.195	13.500	58.195
Valor Total da remuneração, por órgão	57.002	211.172	81.000	349.174

(n/a) = Não Aplicável

(\*) Das 3 posições do Conselho de Administração, apenas 1 membro é remunerado. A remuneração anual global dos membros do conselho de administração é até R\$76.003,20 para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 12 abril de 2012.

(\*\*) Das 6 posições da Diretoria Estatutária, apenas 2 membros são remunerados. A remuneração anual global da Diretoria é até R\$ 291.516,46, para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 12 abril de 2012.

(\*\*\*) Das 5 posições do Conselho Fiscal, todos os membros são remunerados. A remuneração anual global dos membros do conselho fiscal é até R\$108.000, para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 12 abril de 2012.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia e Previdência Privada.

#### 8.3.3 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal referente ao período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2012 (em R\$).

	Conselho de Adminis- tração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	1	2	5
Valor da maior remuneração individual	57.002	146.372	16.200
Valor da menor remuneração individual	57.002	64.800	16.200
Valor médio de remuneração individual	57.002	105.586	16.200

## 9 Estoques

O valor de R\$3.674, refere-se a itens de peças e materiais de manutenção inventariados e valorizados a valor de mercado.

## 10 Cauções e depósitos vinculados

Nota	Não circulante	
	30/09/2012	31/12/2011
Depósitos judiciais	18	1.262
Total	1.262	1.193

**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Período findo em 30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**11 Imobilizado**

	30/09/2012				31/12/2011			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
	Terrenos		114.518		114.518		114.518	
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	688.035	(135.716)	552.319	2,00	688.035	(125.435)	562.600
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,25	340.614	(83.794)	256.820	3,75	340.614	(77.998)	262.616
Máquinas e equipamentos	5,07	440.372	(125.947)	314.425	6,90	440.520	(115.940)	324.580
Veículos	14,29	985	(887)	98	20,00	903	(851)	52
Móveis e utensílios	6,42	1		1	10,00	1		1
		<u>1.584.525</u>	<u>(346.344)</u>	<u>1.238.181</u>		<u>1.584.591</u>	<u>(320.224)</u>	<u>1.264.367</u>
Transmissão								
Máquinas e equipamentos	3,66	33.774	(9.106)	24.668	3,50	33.774	(8.202)	25.572
		<u>33.774</u>	<u>(9.106)</u>	<u>24.668</u>		<u>33.774</u>	<u>(8.202)</u>	<u>25.572</u>
Administração								
Máquinas e equipamentos	13,70	1.362	(992)	370	9,98	1.362	(887)	475
Veículos	14,29	576	(204)	372	20,00	659	(150)	509
Móveis e utensílios	6,29	538	(326)	212	10,00	539	(305)	234
		<u>2.476</u>	<u>(1.522)</u>	<u>954</u>		<u>2.560</u>	<u>(1.342)</u>	<u>1.218</u>
Total do Imobilizado em serviço		<u>1.620.775</u>	<u>(356.972)</u>	<u>1.263.803</u>		<u>1.620.925</u>	<u>(329.768)</u>	<u>1.291.157</u>
Geração								
Depósitos Judiciais (Nota 18.1.1.2)		14.209		14.209		14.209		14.209
Outros		13.968		13.968		11.732		11.732
Total do Imobilizado em curso		<u>28.177</u>	<u>-</u>	<u>28.177</u>		<u>25.941</u>	<u>-</u>	<u>25.941</u>
Total do Imobilizado		<u>1.648.952</u>	<u>(356.972)</u>	<u>1.291.980</u>		<u>1.646.866</u>	<u>(329.768)</u>	<u>1.317.098</u>

De acordo com a Resolução Normativa Nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, emitida pela ANEEL - AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa n. 367, de 2 de junho de 2009.

A movimentação do imobilizado no período é a seguinte:

	Valor líquido		Transfe- rência para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Valor líquido	
	31/12/2011	Aquisições				30/09/2012	
Imobilizado em serviço							
Terrenos	114.518					114.518	
Reservatórios, barragens e adutoras	562.600			(10.281)		552.319	
Edificações, obras civis e benfeitorias	262.616			(5.796)		256.820	
Máquinas e equipamentos	350.627		33	(11.071)	(125)	339.464	
Veículos	561		82	(102)	(72)	469	
Móveis e utensílios	235			(22)		213	
Total do imobilizado em serviço	<u>1.291.157</u>	<u>-</u>	<u>115</u>	<u>(27.272)</u>	<u>(197)</u>	<u>1.263.803</u>	
Imobilizado em curso							
Depósitos judiciais	14.209					14.209	
Outros	11.732	2.351	(115)			13.968	
Total do Imobilizado em curso	<u>25.941</u>	<u>2.351</u>	<u>(115)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.177</u>	
	<u>1.317.098</u>	<u>2.351</u>	<u>-</u>	<u>(27.272)</u>	<u>(197)</u>	<u>1.291.980</u>	

## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Período findo em 30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Para o período findo em 30 de setembro de 2012 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

### 12 Intangível

	30/09/2012				31/12/2011			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Geração								
Software	20,00	975	(753)	222	20,00	899	(617)	282
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP	2,92	20.138	(7.019)	13.119	2,92	20.138	(6.533)	13.605
		21.113	(7.772)	13.341		21.037	(7.150)	13.887
Transmissão								
Servidão permanente		111	-	111		111	-	111
		111	-	111		111	-	111
Administração								
Software	20,00	414	(169)	245	20,00	414	(107)	307
		414	(169)	245		414	(107)	307
Total do Intangível em Serviço		21.638	(7.941)	13.697		21.562	(7.257)	14.305
Intangível em curso								
Geração		12.504	-	12.504		12.461	-	12.461
Administração		110	-	110		96	-	96
Total do Intangível em Curso		12.614	-	12.614		12.557	-	12.557
Total do Intangível		34.252	(7.941)	26.311		34.119	(7.257)	26.862

A movimentação do intangível no período é a seguinte:

	Nota	Valor líquido 31/12/2011	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Amortização	Valor líquido 30/09/2012
Intangível em serviço						
Software		589			(198)	391
Servidão permanente		111		76		187
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP	16	13.605			(486)	13.119
Intangível em curso		12.557	133	(76)		12.614
Total do Intangível		26.862	133	-	(684)	26.311

*Software* são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do *software*, com vida útil definida, amortizado à taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP é constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão e está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Do montante de R\$12.614, relativo ao Intangível em curso, R\$12.450 refere-se a gastos com desenvolvimento, engenharia, geologia, topografia, hidrologia, meio ambiente do projeto de viabilidade da UHE – Tupirantins. Este projeto está incluído no plano estratégico da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia, cujo registro encontra-se ativo junto à ANEEL.

### 13 Fornecedores

	Circulante	
	30/9/2012	31/12/2011
Encargos de uso da rede elétrica	150	145
Materiais e serviços	1.354	3.075
<b>Total</b>	<b>1.504</b>	<b>3.220</b>

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
 Período findo em 30 de setembro de 2012  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

14 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas  
 14.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda estrangeira	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Custo da dívida	Forma de pagamento	30/09/2012		31/12/2011	
								Encargos	Total	Encargos	Total
								Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ações recebíveis cumulativa											
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário	10.000	20/12/2011	10.000	20/12/2011 a 20/03/2012	Ajuste a valor presente das ações preferenciais A, B e C conforme item 19 do CPC 39	3,0% a.a.	Dividendos anuais	14.199	4.013	4.012	75.113
BNDES e outros bancos	300.000	21/09/2000	300.000	15/01/2001 a 15/10/2012	Capital de Giro, Implantação da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães - Lajeado.	107% do CDI 4,00% a.a. acima da TJLP	Principal e juros em parcela única no final Principal e juros mensal	19	4.943	10.000	10.036
Total								14.218	8.956	60.768	75.113
								14.218	8.956	60.768	75.113
								14.199	4.013	4.012	75.113
								95.723		95.723	
								4.962		46.756	46.941
								100.685		60.768	136.102
								100.685		60.768	136.102

## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 14.2 Vencimento dos Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Vencimento	Tipo de Moeda
	Nacional
Circulante	
2012	4.963
2013	18.211
	<u>23.174</u>
Não circulante	
2013	4.720
2014	4.342
2015	3.995
2016	3.675
2017	3.381
2018 até 2022	13.253
2023 até 2027	8.734
2028 até 2032	35.411
	<u>77.511</u>
Total	<u>100.685</u>

### 14.3 A mutação dos Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no período é a seguinte:

	Valor total em 31/12/2011	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Ajuste a valor presente	Valor total em 30/09/2012
Circulante						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	60.989	(51.813)	(2.183)	16.181		23.174
	<u>60.989</u>	<u>(51.813)</u>	<u>(2.183)</u>	<u>16.181</u>	<u>-</u>	<u>23.174</u>
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	75.113	-	-	-	2.398	77.511
	<u>75.113</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.398</u>	<u>77.511</u>

### 15 Encargos regulamentares e setoriais

	Nota	Saldo em 31/12/2011	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	Baixa	Saldo em 30/09/2012
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		48	188		(207)		29
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	15.1	149	48	4	(28)	(23)	150
Taxa de fiscalização - ANEEL		2	14		(14)		2
Total		<u>199</u>	<u>250</u>	<u>4</u>	<u>(249)</u>	<u>(23)</u>	<u>181</u>
Circulante		158					100
Não circulante		41					81
Total		<u>199</u>					<u>181</u>

### 15.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D, quando ocorre a sua baixa (Nota 22).

### 16 Uso do bem público

A Companhia, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da Usina Luís Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), paga à União ao longo do prazo da vigência do contrato de concessão, parcelas mensais equivalentes a um doze avos do montante anual definido no contrato, atualizados com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo).

Em 30 de setembro de 2012 todas as parcelas encontram-se segregadas no circulante e não circulante não tendo ocorrido no período pendências de pagamento.

O valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo Intangível (Nota 12) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do Uso do Bem Público foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e para a apuração do valor justo, foi considerado o CPC38.

Segue abaixo movimentação do período:

	Circulante	Não circulante
<b>Principal</b>		
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.634	37.814
Ajuste a valor presente	(5)	357
Encargos e atualizações monetárias	159	3.319
Amortizações	(2.555)	
Transferência para o circulante	2.571	(2.571)
Saldo em 30 de Setembro de 2012	<u>3.804</u>	<u>38.919</u>

## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Período findo em 30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 17 Obrigações estimadas com pessoal

	30/09/2012	31/12/2011
Folha de pagamento	1.745	1.263
INSS e FGTS	322	102
Total	2.067	1.365

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias, 13º salário e a provisão para participação nos lucros e resultados do período.

### 18 Provisões

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			7.831	6.094
Licenças ambientais	8.412	8.519	6.304	8.664
Total	8.412	8.519	14.135	14.758

### 18.1 Provisões Cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

#### 18.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Instâncias	Passivo						Ativo		
		Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas		Atualizações Monetárias	Reclassificação	Saldo em 30/09/2012	Depósito Judicial (Nota 10)	
				Pagamentos	Reversões				30/09/2012	31/12/2011
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	2.746	75	(113)	(236)	476	(86)	2.862	795	771
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	3.348	1.369	(243)		455	40	4.969		
Total		6.094	1.444	(356)	(236)	931	(46)	7.831	795	771
Não circulante		6.094						7.831		
Total		6.094						7.831		

#### 18.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

#### 18.1.1.2 Cíveis

##### Indenizações

As ações judiciais de natureza cível - indenizações referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento.

##### Desapropriações

Referem-se a ações judiciais de natureza cível, decorrentes de indenização a título de desapropriação propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado. O saldo dos Depósitos judiciais em 30 de Setembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 é de R\$14.209 e estão registrados na rubrica Imobilizado em curso (Nota 11).

#### 18.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas informações contábeis intermediárias, demonstrados a seguir:

	Instâncias	Ativo			
		Depósito Judicial (Nota 10)			
		30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	393	335	311	317
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	85.251	83.112	32	38
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm		778		
Total		85.644	84.225	343	355

As ações de natureza cível, em sua grande maioria, referem-se às ações descritas no item 18.1.1.2 - Indenizações.

#### 18.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista e cíveis em andamento, cuja perda foi estimada como remota, o saldo dos depósitos judiciais em 30 de setembro de 2012 é de R\$124 (R\$67 em 31 de dezembro de 2011), correspondentes a ações trabalhistas (Nota 10).



## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Período findo em 30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 18.2 Licenças Ambientais

O montante de R\$14.716 em 30 de setembro de 2012 (R\$17.183 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorre contra a rubrica de Imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

### 19 Benefícios pós-emprego

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Assistência médica Lei nº9.656/98	8	8	386	243
Previdência Privada - ENERPREV	1	4		
	9	12	386	243

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e benefício de Assistência médica derivado da Lei nº 9.656/98.

#### 19.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão: Contribuição definida

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e a Companhia administra um plano PGBL contratado, este através do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamento do plano.

Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribuiu no período com R\$33 (R\$13 em 30 de setembro de 2011).

Esse plano tem a adesão de 24 colaboradores.

#### 19.2 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício Definido

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo atual da Companhia, assinado em 14 de abril de 2005 com a Unimed, está enquadrado nesta legislação.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desse benefício, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 30 de julho de 2012 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido, conforme demonstrado a seguir na movimentação do período do passivo de Benefício definido reconhecido no Balanço patrimonial:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	251
Despesa líquida reconhecida no período	146
(Ganho)/Perda Atuarial	(3)
Saldo em 30 de setembro de 2012	394

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no período em que ocorrem. O saldo de perda atuarial líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social é de R\$169 em 30 de setembro de 2012 (R\$171 em 31 de dezembro de 2011) (Nota 20.3.2).

## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Período findo em 30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 20 Patrimônio líquido 20.1 Capital social

A composição do capital social em 30 de setembro de 2012 está demonstrada a seguir, não tendo ocorrido variações face a 31 de dezembro de 2011:

30/09/2012												
Em milhares de ações												
Acionistas	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A. Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.685	41,04	3.764	73,00	35.947	33,53	35.947	4,57
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					206	1,25			71.252	66,47	71.458	9,09
	402.202	100	255.560	100	16.289	100	5.156	100	107.199	100	786.406	100,00

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

Em atendimento ao parágrafo 19 do CPC 39, as ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" foram classificadas como instrumento de dívida por satisfazerem a condição de passivo financeiro, sendo reclassificadas para a rubrica de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida (Nota 14), porém estão apresentadas no quadro anterior para melhor entendimento da destinação do lucro (Nota 20.2).

### 20.2 Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto Social, da seguinte forma:

- 5% da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital social;
- uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei nº 6.404/76;
- uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais;
- serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias 25% do lucro líquido, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (artigo 29, "b", supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da Reserva de Lucros a Realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;
- uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76;
- no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404/76; e
- o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de Administração, poderá ser total ou parcialmente destinado à constituição da Reserva de Investimentos, observado o disposto no parágrafo 2º, infra, e o artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Em 15 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, no montante bruto de R\$18.300, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Período findo em 30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

De acordo com os artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

- a) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º alínea B do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
- b) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e
- c) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

### 20.3 Reservas

	30/09/2012	31/12/2011
Reservas de capital		
Ágio na incorporação de sociedade controladora	14.473	14.473
	<u>14.473</u>	<u>14.473</u>
Outros resultados abrangentes		
(Perda) / Ganho atuarial com Benefícios pós-emprego	(257)	(260)
IRPJ/CSLL Diferido	88	89
	<u>(169)</u>	<u>(171)</u>
Reservas de lucros		
Reserva legal	21.987	21.987
Retenção de lucros	128.099	90.085
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	94.569	94.569
Dividendo adicional proposto		60.067
	<u>244.655</u>	<u>266.708</u>
Total	<u>258.959</u>	<u>281.010</u>

#### 20.3.1 Reservas de capital

O valor de R\$14.473, refere-se ao ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

#### 20.3.2 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009 e regras estabelecidas no CPC 33, deduzido do respectivo Imposto de renda e Contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no período é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2011	Ganhos	Provisão IRPJ/CSLL	Saldo em 30/09/2012
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(171)	3	(1)	(169)
	<u>(171)</u>	<u>3</u>	<u>(1)</u>	<u>(169)</u>

#### 20.3.3 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

#### 20.3.4 Reserva de investimento

A Reserva de investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

#### 20.4 Ações preferenciais classe "C"

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2006, deliberou sobre a aprovação e a conversão de 82.300.000 debêntures conversíveis subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM, no montante de R\$120.252, correspondente a 98.779.619 ações preferenciais classe "C" de emissão da Companhia, nos termos do parágrafo 2º do artigo 9º do Estatuto Social.

### 21 Dividendos

	Passivo	
	30/09/2012	31/12/2011
Lajeado Energia S.A.	25.782	9.684
CEB Lajeado S.A.	7.063	2.653
Paulista Lajeado Energia S.A.	2.473	929
Acionistas não controladores	2.745	2.745
Total	<u>38.063</u>	<u>16.011</u>

## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 22 Receitas

	Períodos de 9 meses findos em 30 de setembro			
	MWh (*)		R\$	
	2012	2011	2012	2011
Suprimento de Energia elétrica	33.524	33.341	4.268	4.004
Energia de curto prazo			538	195
Total Suprimento	33.524	33.341	4.806	4.199
Arrendamento			205.010	160.827
Outras receitas operacionais			530	481
(-) Deduções à receita operacional			(19.505)	(15.351)
P&D			(48)	(42)
PIS/COFINS			(19.457)	(15.309)
	33.524	33.341	190.841	150.156

(\*) Não revisado pelos auditores independentes.

### 23 Gastos operacionais

	Períodos de 9 meses findos em 30 de setembro					
	2012					2011
	Custo do serviço		Despesas operacionais			
Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda						
Moeda nacional	33				33	80
Encargos de uso da rede elétrica	1.033				1.033	962
Taxa de fiscalização				14	14	13
Compensações financeiras				188	188	172
	1.066	-	-	-	202	1.227
Gerenciáveis						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		4.823		3.944	8.767	7.938
Material		373		151	524	510
Serviços de terceiros		2.087		5.181	7.268	9.153
Depreciação		25.785		264	26.049	25.767
Amortização		511		174	685	643
Provisão p/créd.liq.duvidosa / perdas líquidas			17		17	9
Provisões para contingências					164	80
Aluguéis e arrendamentos				354	354	359
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens				(8)	(8)	17
Outras		56	5	1.464	1.525	(2.365)
	-	33.635	22	11.532	45.345	42.111
Total	1.066	33.635	22	11.532	46.613	43.338

### 24 Resultado financeiro

	Períodos de 9 meses findos em 30 de setembro	
	2012	2011
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	951	691
Variações monetárias moeda nacional	1	
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	16	231
Outras receitas financeiras	172	181
	1.140	1.103
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(16.192)	(9.001)
Variações monetárias moeda nacional		(1.454)
Atualização monetária de licenças ambientais	(903)	(665)
Ajuste a valor presente - Ações preferenciais	(2.398)	(2.206)
Provisões e atualizações monetárias das contingências judiciais	(931)	(449)
Atualização monetária contratos de mútuo	(3.608)	(4.404)
Atualização monetária uso do bem público	(3.478)	(9.251)
Ajuste a valor presente uso do bem público	(352)	2.294
Benefícios pós-emprego	(59)	
Outras despesas financeiras	(87)	(94)
	(28.008)	(25.230)
	(26.868)	(24.127)

## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 25 Imposto de renda e contribuição social

	Períodos de 9 meses findos em 30 de setembro			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes do IRPJ e CSLL	117.360	82.691	117.360	82.691
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(29.340)	(20.673)	(10.562)	(7.442)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações	(50)		(18)	
Despesas Inadotáveis	(3.549)		(1.278)	
Gratificações a administradores	9		4	
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos		463		167
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	4	920	2	338
Adicional IRPJ	18	18		
Despesa de IRPJ e CSLL	(32.908)	(19.272)	(11.852)	(6.937)
Alíquota Efetiva	28,04%	23,31%	10,10%	8,39%

### 26 Lucro por ação

O resultado básico por ação da Companhia para os períodos apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferencias da companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

Para o período de divulgação, a Companhia não dispunha de instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações da própria Companhia ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Período de 9 meses findos em 30 de setembro	
	2012	2011
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia	72.600	56.482
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores	786.406	786.406
Lucro básico e diluído por ações (reais/ação)	0,09232	0,07182
ON	0,04722	0,03673
PNR	0,03000	0,02334
PNA	0,00191	0,00149
PNB	0,00061	0,00047
PNC	0,01258	0,00979

### 27 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/2011 de 4 de março de 2011 e Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

#### 27.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Período findo em 30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 27.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	74.625	3.314	74.625	3.314
Concessionárias	639	582	639	582
Rendas a receber	22.779	16.870	22.779	16.870
	<u>98.043</u>	<u>20.766</u>	<u>98.043</u>	<u>20.766</u>
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	1.504	3.220	1.504	3.220
Partes relacionadas	58.079	54.752	58.079	54.752
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	23.174	61.017	23.174	60.989
Uso do bem público	3.804	3.634	3.804	3.634
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	77.511	75.113	77.511	75.113
Partes relacionadas	308	132	308	132
Uso do bem público	38.919	37.814	38.919	37.814
	<u>203.299</u>	<u>235.682</u>	<u>203.299</u>	<u>235.654</u>

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa são aplicadas políticas de risco da administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao patrimônio líquido da instituição financeira. A Companhia apresenta saldo somente em Disponibilidade de caixa.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Na categoria de empréstimos temos constituídas ainda Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" e refere-se à emissão da Companhia, onde de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da referida controlada, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39. A estimativa de valor justo foi efetuada considerando as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, contratos de Mútuo e arrendamento, sem conflitos de interesses e em condições reais de mercado, contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

O valor da rubrica Uso do bem público consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita no projeto de 6% que representa o custo médio de capital na data da assinatura dos contratos de concessão na modalidade de UBP para a Companhia.

Classificação dos instrumentos financeiros:

	30/09/2012			31/12/2011		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa		74.625	74.625		3.314	3.314
Rendas a receber	22.779		22.779	16.870		16.870
Concessionárias	639		639	582		582
	<u>23.418</u>	<u>74.625</u>	<u>98.043</u>	<u>17.452</u>	<u>3.314</u>	<u>20.766</u>
<b>Passivos financeiros</b>						
	Outros ao custo amortizado	Outros ao custo amortizado				
Fornecedores	1.504	3.220				
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	100.685	136.102				
Partes relacionadas	58.387	54.884				
Uso do bem público	42.723	41.448				
	<u>203.299</u>	<u>235.654</u>				

## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Período findo em 30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no período.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;  
(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e  
(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no período.

	Mensuração do valor justo		
	30/09/2012	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2
<b>Ativos financeiros</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	74.625	6.820	67.805
	74.625	6.820	67.805

### 27.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia, apresentados na nota 14, possuem como contraparte o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 30 de setembro de 2012 a Companhia possui um risco de mercado associado à TJLP.

Como riscos de mercado associados à taxa de juros, atribui-se à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente taxa SELIC são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

#### 27.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Operação	Risco	Aging cenário provável					
		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)	
		Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Instrumentos financeiros ativos	CDI	3.122	3.122	780	1.561	(780)	(1.561)
		3.122	3.122	780	1.561	(780)	(1.561)

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da administração da Companhia e de suas controladas (no caso do consolidado)

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,75% e 8,69%.

## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Período findo em 30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 27.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 14.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

*Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 14. Até 30 de setembro de 2012 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3), Concessionárias (Nota 4) e Rendas a receber (Nota 5). A Companhia em 30 de setembro de 2012 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

### 27.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

## 28 Compromissos contratuais e Garantias

### 28.1 Compromissos contratuais

Em 30 de setembro de 2012, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazos, os contratos de mútuos e Uso do bem público (que figuram nas informações contábeis intermediárias) e os restantes das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas informações contábeis intermediárias), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	Nota	30/09/2012				
		Total Geral	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	acima de 5 anos
Dividas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	14	100.685	23.175	13.057	10.166	54.287
Contratos de mútuos	8	46.595	46.595			
Responsabilidades com locações operacionais		20	20			
Obrigações de compra		23.598	14.776	8.101	721	
Uso do bem público	16	42.723	3.804	8.880	7.512	22.527
Licenças ambientais	18.2	14.716	8.412	6.304		
		228.337	96.782	36.342	18.399	76.814

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas informações contábeis intermediárias, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.



## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Período findo em 30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 28.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	30/09/2012	31/12/2011
	Valor	Valor
Aval de acionista	1.148	1.109
Fiança Bancária	635	395
Fiança Corporativa	4.962	46.941
Garantias em recebíveis	59	59
Notas Promissórias	156.000	156.000
Penhor de Ações	915.313	915.296
Penhor de Direitos	4.962	46.941

**Aval de acionista:** O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista. O saldo de Aval de acionista, em sua totalidade, refere-se aos contratos de seguros de vida.

**Fiança Bancária:** É um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira, e que, por se tratar de uma garantia e não de uma operação de crédito, está isenta do IOF.

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de Fiança Bancária é composto por ações judiciais no valor de R\$395 e ações tributárias no valor de R\$240.

**Fiança Corporativa:** A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas. O saldo de Fiança Corporativa, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

**Garantias em recebíveis:** O artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987/95), explicita a possibilidade das concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de mútuo de longo prazo – no mínimo cinco anos – destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

**Notas Promissórias:** é um título cambiário em que seu criador assume a obrigação direta e principal de pagar a soma constante no título. A nota promissória nada mais é do que uma promessa de pagamento. Para seu nascimento são necessárias duas partes, o emitente ou subscritor (devedor), criador da promissória no mundo jurídico, e o beneficiário ou tomador que é o credor do título. O saldo de Notas promissórias, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

**Penhor de Ações:** É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia.

O saldo de Penhor de Ações, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos. As ações ordinárias dadas em garantia são detidas pela Lajeado Energia (73%) e pela EDP Energias do Brasil S.A. (40,78%), conforme mencionado nas notas 8.1 e 20.1.

**Penhor de Direitos:** Penhor sobre os direitos emergentes da Concessão da UHE Lajeado, compreendendo mas não se limitando aos seguintes itens: a) o direito de gerar energia elétrica; b) a energia elétrica a ser gerada e c) as garantias constantes dos contratos de Compra de Energia em ambiente regulado. O saldo de Penhor de Direitos, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

### 29 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações contábeis intermediárias e consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	30/09/2012
Usinas	561.349
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	1.027

A Controladora EDP - Energias do Brasil, detém a controlada Investco como cossegurada em sua apólice de seguro de Responsabilidade civil.

### 30 Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sócio-ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 30 de setembro de 2012 foram de R\$4.671 sendo R\$3.868, capitalizados no período (Nota 11), relativos à gestão e proteção do meio ambiente, e R\$803 em contrapartida do resultado do período relativo ao programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais em todas as suas instalações e proteção de biodiversidade e da paisagem e proteção do ar e clima.

## **Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais**

### **Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais**

A Companhia não divulga projeções empresariais.

## **Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

### **Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no comentário de desempenho e nas notas explicativas às informações contábeis intermediárias.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da  
Investco S.A.  
Miracema do Tocantins - TO

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Investco S.A (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board- IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão das informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2011 e auditoria das informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

As informações e os valores correspondentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 21 de outubro de 2011, o qual não conteve nenhuma modificação. As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 29 de fevereiro de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 31 de outubro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian  
Contadora  
CRC nº 1 SP 121517/O-3 S/TO

As folhas das ITR, por nós revisadas, estão rubricadas tão-somente para fins de identificação.

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, emitiram parecer favorável às Informações Contábeis Intermediárias relativas ao 3º trimestre de 2012, por considerarem que relatam a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 29 de outubro de 2012.

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR  
Conselheiro Efetivo

EDISON RODRIGUES  
Conselheiro Efetivo

MARCO ANTONIO VIEIRA  
Conselheiro Efetivo

RUBENS DOS SANTOS  
Conselheiro Efetivo

FELIPE HA JUNG KIM  
Conselheiro Efetivo

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Os Diretores da Companhia declaram que em 29 de outubro de 2012, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer emitido pela DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes, bem como declaram que, nesta mesma data, reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia base 30.09.2012.

Luiz Otavio Assis Henriques  
Diretor Presidente e de Relações com Investidores e Diretor Administrativo e Financeiro

Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa  
Diretor Vice-Presidente de Controle

Paulo Eduardo de Almeida Godoy  
Diretor Vice-Presidente

Francisco Toledo Watson  
Diretor Vice-Presidente

Plácido Gonçalves Meirelles Junior  
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Andréa Mazzaro Carlos de Vincenti  
Diretora Jurídica

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Os Diretores da Companhia declaram que em 29 de outubro de 2012, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer emitido pela DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes, bem como declaram que, nesta mesma data, reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia base 30.09.2012.

Luiz Otavio Assis Henriques  
Diretor Presidente e de Relações com Investidores e Diretor Administrativo e Financeiro

Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa  
Diretor Vice-Presidente de Controle

Paulo Eduardo de Almeida Godoy  
Diretor Vice-Presidente

Francisco Toledo Watson  
Diretor Vice-Presidente

Plácido Gonçalves Meirelles Junior  
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Andréa Mazzaro Carlos de Vincenti  
Diretora Jurídica